

DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: Da Criação à Construção da Identidade do Pedagogo

HISTORICAL DEVELOPMENTS OF THE PEDAGOGY COURSE IN BRAZIL: From Creation to the Construction of the Identity of the Pedagogue

Wallace Pereira Sant Ana¹(IFG)

RESUMO: O presente trabalho tem como temática a abordagem do contexto histórico do curso de Pedagogia, seus marcos históricos e legais, e a busca da identidade profissional do Pedagogo. Objetiva-se compreender os fatos da história do curso de Pedagogia e suas implicações para a formação de professores e a construção da identidade e atuação de seus profissionais nos espaços escolares e não escolares. É uma revisão de literatura que conduz à reflexão do curso de Pedagogia no Brasil e as influências e desdobramentos do mesmo para construção de sua identidade. Para isso, realizou-se um levantamento dos períodos históricos do curso de Pedagogia que refletiram no seu processo de consolidação; analisou-se a evolução histórica da identidade profissional do curso e de seus profissionais desde sua criação; e apresentou-se concomitantemente ao recorte histórico do curso os aportes legais e estruturais que contribuíram para construção do curso e da identidade do Pedagogo, desde seus primórdios até os dias atuais. Os resultados da pesquisa confirmam a necessidade de compreensão do contexto histórico do curso para perceber como se consolidou a identidade do Pedagogo no espaço educativo, visto como um profissional que atua diretamente na formação de sujeitos em diversas etapas e modalidades educacionais. Possibilitou-nos também entender como as discussões e debates ao longo dos tempos foram essenciais para a solidificação do curso de Pedagogia nos diferentes espaços sociais, instituído legalmente uma identidade sólida após promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE n° 1 de 15/05/2006).

PALAVRAS-CHAVE: Contexto Histórico. Pedagogia. Pedagogo. Identidade.

ABSTRACT: *The present work has as its theme the approach of the historical context of the Pedagogy course, its historical and legal milestones, and the search of Pedagogic professional identity. It aims to understand the facts of the history of the Pedagogy course and its implications for the training of teachers and the construction of the identity and performance of their professionals in school and non-school spaces. It is a literature review that leads to the reflection of the course of Pedagogy in Brazil and the influences and unfoldings of the same to build its identity. For this, a survey of the historical periods of the Pedagogy course was carried out, which reflected in its consolidation process; the historical evolution of the professional identity of the course and of its professionals since its creation*

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Campus Anápolis. Pedagogo-Área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Uruaçu. E-mail: wallacegilvania@hotmail.com

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

was analyzed; and the legal and structural contributions that contributed to the construction of the course and the identity of the Pedagogue from its beginnings to the present day were presented concurrently with the historical cut of the course. The results of the research confirm the need to understand the historical context of the course to understand how the Pedagogue's identity in the educational space was consolidated, as a professional that acts directly in the training of subjects in various stages and educational modalities. It also enabled us to understand how the discussions and debates over time were essential for the solidification of the Pedagogy course in the different social spaces, legally instituted a solid identity after promulgation of the National Curricular Guidelines for the Graduation Course in Pedagogy (CNE Resolution n 1 of May 15, 2006).

KEYWORDS: *Historical Context. Pedagogy. Pedagogue. Identity.*

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, o curso de Pedagogia é voltado para o estudo das teorias e práticas do processo de ensino e aprendizagem em diversas dimensões da área da educação, habilitando profissionais para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; em disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura nos diversos níveis e modalidades da educação; na gestão, coordenação e supervisão, em espaços escolares e não escolares; e em pesquisas científicas.

O Pedagogo, profissional com formação em Licenciatura em Pedagogia, tem como campo de trabalho a educação formal e não formal, como também no ensino presencial e à distância. Os profissionais têm como funções o desenvolvimento de ações de planejamento, coordenação, execução e avaliação dos processos educativos, bem como a produção, aplicação e difusão do conhecimento científico e tecnológico em ambientes escolares e não escolares. Apesar de ter como foco principal a docência, o curso tem uma amplitude de campos de atuação no mundo do trabalho que ultrapassam os espaços das salas de aula, oferecendo uma gama de opções para seus acadêmicos.

No entanto, durante sua trajetória histórica, o curso de Pedagogia foi se modificando e se aperfeiçoando organizacional, pedagógica e curricularmente, definindo sua identidade e de seus profissionais a partir de propostas, regulamentações, leis e decretos, que conduziram à consolidação de ações necessárias à construção de um curso que prepare com eficiência seus acadêmicos para o exercício profissional nos diferentes espaços. Para isso,

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

foram necessárias reflexões permanentes em torno de seu âmbito de atuação, o qual foi se solidificando com o passar dos tempos, através de instrumentos legais que garantiram sua existência e sua atuação perante a sociedade. Essas alterações se referem a vários aspectos, como: a sólida preparação teórica, a unidade entre teoria e prática, a gestão democrática no ambiente escolar, o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade das ações pedagógicas, a articulação entre formação inicial e continuada, os compromissos sociais e éticos, dentre outros.

Assim, questiona-se: A partir da sua criação em 1939, quais são os processos históricos e legais do curso de Pedagogia que contribuíram para a solidificação do curso e a construção da identidade de atuação do Pedagogo na sociedade?

O presente trabalho pretende compreender o contexto histórico do curso de Pedagogia e as implicações legais e históricas para a formação de seus profissionais, com foco na busca da identidade e atuação do Pedagogo nos espaços escolares e não escolares. Para isso far-se-á uma retrospectiva histórica do curso, passando pelos períodos da história em que o curso sofreu maior influência; uma análise dos processos de formação desses profissionais, tanto em suas dimensões conceituais como em sua relação teoria e prática; e os marcos legais e estruturais que sustentaram o curso e a identidade do Pedagogo.

A escolha pelo tema justifica-se pelo fato de que, recentemente, a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, deixou claro que, para a consolidação da formação dos acadêmicos, é necessário que os cursos realizem estudos individuais e coletivos, práticas de trabalho, de estágio supervisionado, etc.

Nessa perspectiva, é nítida a importância do curso de Pedagogia, visto que é um curso essencial para a execução do fazer pedagógico na formação inicial e continuada dos indivíduos, devendo ser compreendido como um ato educativo, cujo objetivo é a formação integral dos estudantes. No entanto, entende-se a necessidade de qualquer profissional Pedagogo compreender o processo histórico de seu curso de formação e os desdobramentos que o mesmo sofreu durante a história, para a construção e solidificação de sua identidade e atuação profissional.

O trabalho foi realizado a partir de uma revisão de literatura, de cunho qualitativo e descritivo. Além de buscar referências em diversos autores sobre a temática, como Silva

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

(2006) e Pimenta (1997) e (2006), procuraram-se documentos oficiais e legais que ratificam teoricamente a abordagem da pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 73) a revisão de literatura é um instrumento metodológico que “[...] tem papel fundamental no trabalho acadêmico, pois é através dela que você situa seu trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o”.

O referencial teórico faz um recorte histórico do curso de Pedagogia e de como as práticas de atuação eram concebidas e incluídas na estrutura curricular do curso, bem como os desafios encontrados por defensores da pedagogia na busca de sua identidade profissional e do mercado de trabalho para os pedagogos.

O Curso de Pedagogia no Brasil: uma história em busca de sua identidade

Sabe-se que, o curso de Pedagogia, nos dias atuais, é de grande relevância para a formação dos sujeitos, porque é definido como “arte, ciência e profissão de ensinar”, tendo como principal objetivo o processo educacional de ensino/aprendizagem. O profissional em Pedagogia obtém o título de Licenciado/Licenciada em Pedagogia, atuando na docência de crianças, jovens e adultos, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, além de atuar na pesquisa e na gestão das instituições educacionais e não educacionais. De acordo com a Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, em seu Art. 4°:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 2).

Atualmente, apesar do caráter voltado especificamente para o ensino na escolarização inicial, o curso de Pedagogia, em seus primórdios, não tinha esta especificidade. Surgiu em meio a várias discussões educacionais, em um momento em que a educação estava sendo repensada, em virtude de acontecimentos pelos quais o país passava na época. Criado no período do Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas, o curso de Pedagogia nasce articulado à formação do professor.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

As transformações no setor econômico, político e social acarretaram modificações na área educacional em funções de ideais pedagógicos pautados no ideário escolanovista, do qual o movimento dos Pioneiros da Educação Nova é uma das expressões. Destacaram-se, nesse período, a defesa da formação docente em nível superior, se possível na universidade, essa também objeto de instigantes debates que propunham sua criação (VIEIRA, 2008, p. 2).

Para melhor compreensão de sua criação, estudiosos e autores abordam e caracterizam o contexto histórico do curso de Pedagogia através de três períodos: Período das Regulamentações (1939-1972), Período das Indicações (1973-1978) e Período das Propostas (1979-1998). Esses períodos representam momentos de reformulações no curso de Pedagogia, debatendo e refletindo sobre a criação de sua identidade e seu papel perante a sociedade. Para Evangelista (2002, p. 41),

O surgimento do Curso de Pedagogia no Brasil, nos anos de 1940, pode ter resultado da ruptura, de caráter violento, com as propostas institucionalizadas na década de 1930, a de Anísio Teixeira e a de Fernando de Azevedo, que não se referiam a “curso de pedagogia”, mas a “formação do professor”. Tal curso parece ter sido proposto pelas hostes católicas, seguindo o exemplo da Universidade de Louvain, na Bélgica.

O Período das Regulamentações é marcado pela criação do curso de Pedagogia, em 1939, por meio da publicação do Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939, o qual reorganiza a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, dividindo-a em quatro seções – filosofia, ciências, letras e pedagogia – que distribuíram os cursos regulares.

Pelo Decreto n. 1.190, de abril de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia foi estruturada em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia acrescentando, ainda, a de Didática, considerada como “seção especial”. Enquanto as seções de Filosofia, Ciências e Letras albergavam, cada uma, diferentes cursos, a de Pedagogia, assim como a seção especial de Didática, era constituída de apenas um curso cujo nome era idêntico ao da seção. Está aí a origem do Curso de Pedagogia (SAVIANI, 2004, p. 5).

A reorganização da Universidade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil previa a formação de professores para o trabalho em universidades e no exercício do magistério normal. O curso de Pedagogia definia em sua proposta a formação de profissionais “técnicos em educação”, ou seja, cabia aos acadêmicos da época o estudo das formas de ensinar, para o exercício de atividades de ordem desinteressada e técnica.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

De acordo com Silva (2006, p. 11), o curso de Pedagogia nessa época visava “[...] a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico, [...]”. Acrescenta-se ainda que para a “[...] a formação de bacharéis ficou determinada a duração de três anos, após os quais, adicionando-se um ano de curso de didática, formar-se-iam os licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como “3 + 1””.

Na tabela abaixo, está descrito como era a primeira estrutura curricular do curso de Pedagogia:

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA EM 1939			
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
<ul style="list-style-type: none"> • Complementos de Matemática; • História da Filosofia; • Sociologia; • Fundamentos biológicos da Educação; • Psicologia Educacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia Educacional; • Estatística Educacional; • História da Educação; • Fundamentos Sociológicos de Educação; • Administração Escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia Educacional; • História da Educação; • Administração Escolar; • Educação comparada; • Filosofia da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Didática: didática geral, didática especial, psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação, fundamentos sociológicos da educação.

Fonte: Silva (2006)

Inicialmente, o curso de Pedagogia não era voltado à formação de professores para o ensino primário, estando atrelado à formação de bacharéis e licenciados em Pedagogia para assumirem papéis de educadores que executassem funções de administração, planejamento, orientação, supervisão e avaliação, tanto no Ministério da Educação (MEC) quanto em secretarias estaduais e municipais de educação, e de professor nas escolas normais.

Assim, de acordo com Silva (2006), aos que concluíssem o bacharelado, isto é, os três anos iniciais, seria conferido o diploma de bacharel em pedagogia; posteriormente, uma vez concluído o curso de didática (4º ano), seria conferido o diploma de licenciado, podendo atuar como professor nos cursos normais. Essa estrutura curricular prevaleceu até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4.024/1961).

Contudo, ainda era necessário ampliar os espaços de atuação dos pedagogos. Questionava-se, à época, o porquê que um professor formado em pedagogia podia lecionar em escolas normais e não podia em escolas primárias. Se o pedagogo tinha condições para atuar em níveis mais elevados da educação, por que não teria condições de atuar no ensino

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

primário?

Segundo Warde (1993) era preciso criar uma identidade e ampliar os espaços de atuação do Pedagogo para lecionar no ensino primário e secundário e, como o mercado de trabalho ainda era pequeno, esse profissional teria condições de atuar nessas duas modalidades. Então, o Ministério da Educação publicou a Portaria n° 478/54, nos quais o Pedagogo adquiriu o direito de lecionar em algumas disciplinas do Ensino Médio (Filosofia, História Geral e do Brasil, Matemática, etc).

Além dos problemas relacionados com sua formação, alguns dos quais já apontados acima, possuía também problemas relacionados ao seu campo de trabalho, pois não tinha o curso normal como um campo exclusivo de atuação. Isto porque a Lei Orgânica do Ensino Normal – o decreto-lei n. 8.530/46 – estabelecia que, para lecionar nesse curso, era suficiente, em regra, o diploma de ensino superior. Enfim, prova de quão difuso era o mercado de trabalho do licenciado em pedagogia foi o direito de lecionar filosofia, história e matemática a ele conferido (SILVA, 2006, p. 14).

Em 1962, com a publicação do Parecer CFE n° 251/1962, de autoria do professor Valnir Chagas, ocorreram algumas mudanças importantes no currículo, habilitações e atuação dos futuros pedagogos. O Parecer advém da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/1961), a qual declarava em seu Art. 70 que “[...] o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação” (BRASIL, 1961, p. 9).

O Parecer ainda previa cinco habilitações para o curso de Pedagogia: Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação. Previu-se também a extinção da distinção entre bacharel e licenciado que, até então, era um dos entraves para a construção da identidade do curso, pois os formandos concluintes não sabiam com clareza quais as funções que deveriam exercer na sociedade. Estipularam-se conteúdos mínimos para o curso de Pedagogia, com sete disciplinas obrigatórias, o que acabou por reafirmar a estrutura inicial dos cursos de licenciatura no “esquema 3 + 1”.

Brzezinski (1996, p. 56) ressalta a oposição de alguns educadores da época sobre o currículo mínimo proposto pelo Parecer CFE n° 251/1962, pois consideravam uma “[...] camisa de força que uniformizava todos os currículos sem respeitar a diversidade do País”. A

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

referida autora conclui ainda que:

A escola passou a formar profissionais treinados e instrumentalizados mediante “rações” de um saber fragmentado visando atingir cada vez mais a produtividade. Ao mesmo tempo, foi negada qualquer possibilidade de pensar, criticar ou criar. Houve, portanto, nesse momento uma supervalorização dos cursos que formavam apenas técnicos. A educação, neste contexto, transformou-se em treinamento (BRZEZINSKI, 1996, p. 59).

No mesmo ano também é promulgado o Parecer CFE nº 292/1962, o qual fixou a inclusão de disciplinas pedagógicas. Na licenciatura foi prevista a disciplina de Didática e Prática de Ensino, a qual deveria ser realizada em forma de Estágio Supervisionado, além do estudo de Psicologia da Educação e Elementos de Administração Escolar. Mesmo com a manutenção da dualidade entre bacharelado e licenciatura, é a primeira vez que disciplinas pedagógicas foram inseridas na estrutura curricular no curso de Pedagogia.

No entanto, o Estágio Supervisionado, realizado no último ano ou semestre dos cursos, era fundamentado no racionalismo técnico que estava vinculado à formação de professores no esquema “3 + 1”, não sofrendo mudanças significativas para o que se propunha para a disciplina. Segundo Carvalho (1985, p. 51), o Parecer CFE nº 292/1962 previa que o licenciando deveria apenas aprender a “[...] aplicar, em situações práticas, os conhecimentos aprendidos na universidade”.

Outro momento importante na história do curso de Pedagogia está relacionado à Reforma Universitária de 1968, que fixou através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, princípios e normas de organização para as universidades federais, no qual os especialistas exerceriam as funções de Administração, Planejamento, Inspeção Supervisão e Orientação; os professores licenciados em nível superior lecionavam para o ensino do segundo grau em nível superior; e os professores formados nas escolas normais (não superiores) lecionariam na escolarização primária. Além disso, como descrito por Arantes e Gebran (2014, p. 283),

O curso de Pedagogia deixou de fazer parte das Faculdades de Filosofia, uma vez que a seção de Pedagogia dentro da Faculdade de Filosofia deixa de existir. Então o curso de Pedagogia passa a ser oferecido pelas Faculdades de Educação, regulamentadas através do Parecer CFE nº 252/1969 e da Resolução CFE nº 2/1969, que estabeleciam as normas de seu funcionamento em conformidade com os princípios da Lei 5.540/1968.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

Em 1969, a promulgação do Parecer CFE nº 252, de 11 de abril de 1969 e da Resolução CFE nº 2 de 1969 fixam o currículo mínimo e a duração do curso. O currículo passa ser dividido em duas partes: a comum, vista como a base do curso; e a diversificada, oferecendo diversas habilitações de duração plena, e de curta duração, que previa se especializar nas habilitações de Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar.

Partindo da concepção de que a profissão que corresponde ao setor de educação é uma só e que por isso as diferentes modalidades de capacitação devem partir de uma base comum de estudos, o curso de pedagogia passa a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional da área, e uma diversificada, em função de habilitações específicas. Assim, tanto as habilitações regulamentadas pelo documento em estudo quanto as que podem ser acrescentadas pelas universidades e estabelecimentos isolados fazem parte de um único curso, sob o título geral de curso de pedagogia (SILVA, 2006, p. 26-27).

O Parecer, no seu parágrafo 3º, estabelece também as condições para obtenção das habilitações específicas do curso de Pedagogia:

Art. 2.º - O Currículo mínimo do curso de Pedagogia compreenderá uma parte comum a todas as modalidades de habilitação e outra diversificada em função de habilitações específicas.

§ 3.º - A parte diversificada compreenderá, segundo a modalidade de habilitação específica e conforme as possibilidades de cada Instituição, duas ou mais dentre as seguintes matérias e atividades (BRASIL, CFE, 1969, p. 1).

Assim, ao criar habilitações para a formação de profissionais específicos, há uma fragmentação da formação do Pedagogo, no qual, mesmo o Conselho Nacional de Educação da época conseguindo acirrar a relação formação superior e profissão, não conseguiu resolver a distinção profissional dos egressos em pedagogia (SILVA, 2006).

O mesmo Parecer prevê ainda a abolição entre bacharelado e licenciatura em Pedagogia, o qual fixa a duração do curso de quatro anos, ficando definido o título de *licenciado* como padrão para qualquer das habilitações previstas. A disciplina de didática se torna componente curricular obrigatório, incluída no Núcleo Comum do curso.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

Art. 1º - A formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, no âmbito de escolas e sistemas escolares, será feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultará o grau de licenciado com modalidades diversas de habilitação (BRASIL, CFE, 1969, p.113).

Outro aspecto regulamentado no Parecer CFE nº 252/1969, relacionado ao Estágio Supervisionado, aborda que:

O Estágio Supervisionado nas áreas correspondentes às habilitações é uma das exigências do parecer, por entender que o portador de um título profissional de educação não pode deixar de possuir alguma vivência da especialidade escolhida. Essa prática se torna obrigatória pela resolução n. 2/69 que a determina, sob forma de estágio supervisionado, em 5% da duração fixada para o curso (BRASIL, CFE, DOCUMENTA, N° 100, p. 105 apud SILVA, 2006, p. 33-34)

A vigência do Parecer CFE nº 252/1969 perdurou por três décadas, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a qual foi resultado do processo de redemocratização do ensino no país, regulamentando a educação como um direito de todos, além de outros assuntos e temas que mudaram os rumos da educação no Brasil, principalmente no que se refere aos mecanismos de formação de professores e aos métodos de ensino que a escola deveria oferecer à sociedade.

No Período das Indicações (1973-1978), questões referentes ao futuro do curso de Pedagogia estavam sendo debatidas pelo Conselheiro Valnir Chagas, em função das necessidades advindas da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei Federal nº 5.692/71). De acordo com o Capítulo III, Art. 22º “O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação”. No entanto, vários estudos demonstraram que a referida lei, promulgada durante a Ditadura Militar, foi apenas um dos instrumentos para a reordenação da sociedade e a manutenção da ordem pelos ditadores da época. “A Lei 5692/71 possibilitou um profundo estrago na formação de professores primários [...] As pesquisas realizadas após alguns anos de implantação dessa lei apontam *nenhum* avanço na formação de professores” (PIMENTA, 1991, p. 57, grifo do autor).

Mesmo assim, intensificaram-se os impasses na busca da identidade do curso de Pedagogia e do próprio Pedagogo. Além disso, ocorreram algumas manifestações no sentido de reformular as diretrizes do curso, para que, de acordo com a Resolução nº 70/1976, a

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

formação de docentes não especialistas para as escolas de 1º e 2º grau fosse realizada através de habilitações acrescidas aos cursos de licenciatura. No entanto, Silva (2006, p. 93) diz que,

No período das “*indicações*”, de 1973 a 1978, em que os encaminhamentos formulados pelo então conselheiro de educação Valnir Chagas – visando à reestruturação global dos cursos superiores de formação do magistério do Brasil – não puderam avançar em seu intento de disciplinar a matéria, a questão da identidade do curso de pedagogia colocou-se a partir da projeção da identidade do pedagogo.

Percebe-se então o intuito do conselheiro Valnir Chagas de que as antigas tarefas centradas no curso de Pedagogia fossem distribuídas a vários cursos ou habilitações. Nesse período, a pedagogia teve sua identidade projetada, pois queriam substituí-la por outro curso.

No caso da habilitação específica ao magistério, poderá ter três anos de duração. Neste caso, seus egressos poderão lecionar da 1ª à 4ª séries do 1º grau. Poderá, ainda, ter quatro anos de duração, podendo seus egressos lecionar em até a 6ª série. E, excepcionalmente, onde não houver professores habilitados em quantidade suficiente, lecionarão até a 8ª série (PIMENTA, 1991, p. 46).

Assim, percebendo o caráter profissionalizante intrínseco à formação de professores no ensino primário, a cultura e a própria formação do professorado não era suficientemente abordados no curso de Pedagogia. Foi promulgado o Parecer CFE 349/1972, o qual define algumas questões referentes à prática do currículo para habilitação do Magistério. Diz o Parecer CFE 349/72 apud Pimenta (1991, p. 47) que:

A didática fundamentará a Metodologia do Ensino, sob o tríplice aspecto de planejamento, de execução do ato docente-discente e de verificação da aprendizagem, conduzindo à Prática de Ensino e com ela identificando-se sob a forma de estágio supervisionado. Deverá a Metodologia responder às indagações que irão aparecer na Prática de Ensino, do mesmo modo que a prática de Ensino tem que respeitar o lastro teórico adquirido da Metodologia.

Com isso, nota-se que a Prática de Ensino está vinculada com o estágio supervisionado, que, por sua vez, deverá ser realizado em escolas da comunidade, para que conheçam as possibilidades disponíveis e as limitações presentes no espaço em que irá atuar após a conclusão de seu curso. No entanto, as escolas representariam aos estagiários apenas o lado positivo do campo de estágio, pois queriam que esses exemplos salutaros fossem

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

assimilados e servissem de inspiração. “De novo a imitação de modelos. Conhecer a realidade (verdadeira), mas a boa (positiva). De novo a prática como reprodução do existente (mas apenas o *positivo*)” (PIMENTA, 2001, p. 48, grifo do autor).

Apesar do avanço no intuito de construir uma identidade para o curso de Pedagogia e esclarecer o papel do Pedagogo na sociedade, nota-se que, à medida que os educadores e estudiosos da época buscam construir percursos para a resolução das problemáticas do curso, novas indagações e novos questionamentos foram surgindo. Valnir Chagas consegue concretizar várias de suas previsões, porém com a grande tarefa de mudar o conceito de que, como descrito no Parecer CFE 349/1972, o estágio é a prática e a Didática é a teoria que prescreve da prática. Pimenta (1991) ao dizer que na prática a teoria é outra, quis dizer que há uma dissociação entre teoria e prática na formação para a escola primária e que essa dualidade se mostra estar presente durante os cursos de licenciatura.

O Período das Propostas (1979-1998) é marcado pela produção de diversos documentos por vários movimentos, que visavam à reformulação do curso. Assim, o curso de Pedagogia teve sua identidade em discussão, já que a comunidade acadêmica, as instituições universitárias e os organismos governamentais se uniram para debater a identidade do curso.

[...] vários foram os documentos produzidos no interior do movimento que visava ao encaminhamento da reformulação do curso de pedagogia, a questão de sua identidade se expressa através da dificuldade quanto ao entendimento a respeito das funções a serem preenchidas por ele, bem como da estrutura curricular correspondente às diferentes propostas. Daí ser considerada a fase da identidade em discussão (SILVA, 2006, p. 93).

O movimento se inicia em 1980, retomando as matérias presentes nos Pareceres nº 67/1975 e nº 70/1976 para o desencadeamento de uma mobilização que visava intervir em defesa do curso de Pedagogia. Criou-se então o *Comitê Nacional Pró-Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores* e Comitês regionais, pautados, principalmente, no processo de reformulação dos cursos de formação de professores e de seu reconhecimento na sociedade. Assim, os movimentos adotaram o princípio da “[...] docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação” (SILVA, 2003, p. 68-79).

Em seu I Encontro Nacional, a *Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE)* já deu início à formulação de princípios para a

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

regulamentação de uma base comum nacional na formação de todos os profissionais licenciados. De acordo com o documento final:

Todas as licenciaturas (Pedagogia e demais licenciaturas) deverão ter uma base comum: são todos professores. A docência constitui a base da identidade profissional de todo o educador [...] a base comum nacional dos cursos de Formação de Educadores não deve ser concebida como um currículo mínimo ou um elenco de disciplinas, e sim como uma concepção básica da formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental (ENCONTRO NACIONAL, 1983, p. 57-58).

A década de 1980 retoma, portanto, os caminhos que o curso de Pedagogia tem percorrido e quais rumos devem seguir a partir desta época. Com isso, várias universidades realizaram reformas curriculares, as quais criticaram as visões tecnicistas na formação de professores. Assim, as propostas se voltam para uma ruptura com o ideário tecnicista, destacando a importância do caráter sócio histórico e a necessidade para a compreensão da realidade vivenciada, almejando uma intervenção e transformação pedagógica e social da escola, da educação e da sociedade.

[...] os movimentos nos anos 80 não se reduzem à mera retomada do antigo curso, pois o contexto social mudou. A ampliação das ofertas de acesso trouxe para dentro da escola população menos favorecida economicamente e historicamente excluída. Isso colocou uma necessidade nova para a escola: formar professores capazes de assegurar, de fato o direito dessa população de ter acesso a uma escola pública de boa qualidade, portanto, professores capazes de trabalharem a contra direção da escola que satisfaz o capitalismo (CANDAUI, 1986 apud PIMENTA, 2001, p. 79).

Nos anos de 1990, *A Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador* se transforma em *Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)*. E, com a reforma educacional, a questão da identidade do curso de Pedagogia deixa de ser umas das pautas centrais, tendo como foco a formação de educadores em geral e sua estruturação curricular.

Esses movimentos, especialmente o do ensino Normal, encontrou canais de expressão no interior do próprio Estado, seja no MEC, seja em Secretarias de Educação, dos governos de oposição que foram sendo eleitos já nos anos 80. Houve, inclusive, a possibilidade legal de serem feitas modificações na estrutura da Habilitação Magistério com a Lei 7044/82 (PIMENTA, 2001, p. 58).

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

Diante disso, nota-se que a atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica passa ser locus principal de atuação do Pedagogo, o que tornou o curso de Pedagogia essencial para avanços dessa etapa educacional no Brasil. A mobilização dos educadores contribuiu para equacionar vários problemas advindos do regime militar, introduzindo uma identidade mais clara do Pedagogo.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) em 1996 abordou a identidade do Pedagogo e seus campos de atuação no mercado de trabalho. Como descrito em seu Art. 62 e 63, a introdução dos Institutos Superiores de Educação (ISEs), juntamente às universidades, seriam locais possíveis para a formação, abrindo um leque de possibilidades para a formação pedagógica aos portadores de diploma para a atuação na Educação Básica.

Em relação aos campos de atuação e à estrutura curricular para a formação acadêmica dos profissionais docentes em educação, a LDB 9.394/96, em seus Artigos 62 e 63, estabelece que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, 2015, p. 37).

Mesmo assim, sobre o referido assunto, Libâneo e Pimenta (1999, p. 241) evidenciam que:

[...] a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB n. 9.394/96 tem provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação. A nosso ver, não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc. Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo formativo.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

A alteração e a especificidade para a atuação particular do Pedagogo na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental só aconteceu efetivamente após intensos debates em torno das questões voltadas à identidade do Pedagogo e sua atuação profissional, com a reorganização dos cursos de Pedagogia, através da publicação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE nº 1 de 15/05/2006)*, apresentando a ideia de configuração do curso de Pedagogia como uma graduação plena, com estrutura curricular capaz de formar o educador para os anos iniciais da escolarização básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Graduação em Pedagogia e a Construção da Identidade do Pedagogo

A Resolução CNE nº 1 de 15/05/2006, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCN's)*, conceitua o curso de Pedagogia como formação capaz de assegurar e contemplar estudos teórico-práticos aos acadêmicos, visando à investigação e reflexão das atividades educativas no ambiente escolar. O curso de Pedagogia passa a ser definido da seguinte forma: carga horária de 3.200 horas, com efetivo trabalho acadêmico e exercício integrado e indissociável da docência, através de atividades formativas, Estágio Supervisionado, prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (300 hs), e atividades teórico-práticas de aprofundamento.

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (BRASIL, 2006, p. 4).

As *DCN's* deixam mais clara o perfil profissional e identitário do Pedagogo,

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

pautado agora com foco principal na docência, através de licenciatura específica. As habilitações foram extintas, passando o estudante de pedagogia por uma formação teórica e prática, articuladas ao longo do curso.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e com cursos de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL, 2006, p. 6).

Com uma formação abrangente, o Pedagogo passa a atuar tanto no espaço escolar como em outros espaços (não escolares), ou seja, sua formação o habilita a exercer atividades dentro e fora da sala de aula. Essa característica é possibilitada por sua nova formação, que vincula a pedagogia a diversas áreas, formando profissionais preparados para encarar as diversidades postas nos dias atuais, ampliando assim o conceito de docência para além das salas de aula.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p. 2).

A relação teoria e prática na formação de professores passa a ser concebida de forma mais eficaz, pois é a partir dela que o futuro professor Pedagogo, como sujeito crítico-reflexivo, reelabora seus saberes iniciais, confrontando-os com suas experiências práticas, vivenciadas nos contextos escolares e não escolares.

[...] é na tecitura entre os saberes da experiência, das áreas de conhecimento, e os saberes pedagógicos nos contextos escolares que os professores constroem seu saber-fazer. É na pesquisa e na reflexão que desenvolvem sobre suas práticas, coletivamente partilhadas, que vão construindo seus saberes-fazeres docentes, checando e construindo novas teorias, partindo de sua atividade historicamente situada (PIMENTA, 1997, p. 61).

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

Nessa perspectiva, deverá se concentrar em estudos para a assimilação de competências e habilidades dos conhecimentos práticos e teóricos, através do estudo da didática, das teorias e dos métodos pedagógicos de organização do trabalho docente. O curso de Pedagogia agora deve considerar em seu currículo estudos teóricos e práticos dos saberes pedagógicos acumulados historicamente, a didática e a construção da *práxis docente*, atividades extracurriculares para o aperfeiçoamento da formação pedagógica e as práticas de estágio, onde o *lócus* de atuação é a escola. Nesse sentido, o ensino e sua integralidade é objeto de reflexão permanente na formação dos professores.

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e dos desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano (PIMENTA, 1997, p. 41).

As etapas são necessárias para a formação integral do professor visam à construção de profissionais pedagogos capazes de lidar com seu público-alvo, buscando a integralidade da ação docente. Essa afirmação está descrita no Art. 5º da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; (BRASIL, 2006, p. 2).

Percebe-se que o Pedagogo é um professor polivalente, em que precisará se aperfeiçoar em todas as áreas, etapas e modalidades de ensino de sua circunscrição de

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

atuação. A polivalência deve ser garantida pelo “[...] desenvolvimento das competências gerais, apoiadas em bases científicas e tecnológicas e em atributos humanos, tais como: criatividade, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa e capacidade para monitorar desempenhos” (PARECER CNE/CEB 16/99, p. 37).

Houaiss (2001) diz que o termo polivalente significa assumir múltiplos valores ou oferecer várias possibilidades de emprego e de função, a saber: ser multifuncional; que executa diferentes tarefas; ser versátil, que envolve vários campos de atividade; plurivalente; multivalente. O polivalente é uma pessoa com múltiplos saberes capaz de transmiti-los bem em diferentes áreas.

Nesse caso, o professor polivalente a que nos referimos é aquele que atua em mais de uma área do conhecimento na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, além das demais modalidades de ensino que estão diretamente vinculados à sua área de atuação profissional.

A prática docente do Pedagogo acontece, portanto, a partir de momentos de reflexão e pesquisa, pois, com isso, poderão perceber por meio de um olhar mais claro os problemas educacionais e construir caminhos de como atuar e introduzir o que se aprendeu na teoria, pois, como bem explicado por Pimenta (2004) é

Através do exercício da profissão o graduando terá oportunidade de trabalhar os conteúdos e as atividades do estágio no campo de seu conhecimento específico, que é a Pedagogia - ciência da educação - e a Didática - que estuda o ensino e a aprendizagem, percebem que os problemas e possibilidades de seu cotidiano serão debatidos, estudados e analisados à luz de uma fundamentação teórica e, assim, fica aberta a possibilidade de se sentirem co-autores desse trabalho. O estágio passa a ser um retrato vivo da prática docente e professor-aluno terá muito a dizer, a ensinar, a expressar sua realidade e de seus colegas de profissões, de seus alunos, que nesse mesmo tempo histórico vivenciam os mesmos desafios e as mesmas crises na escola e na sociedade. Nesse processo, encontram possibilidade para ressignificar suas identidades profissionais, pois estas, como vimos, não são algo acabado (PIMENTA 2004, p. 127).

Isso nos faz compreender que a finalidade da educação se confirma a partir das relações harmônicas entre teoria e prática de ensino, ou seja, é preciso entender que essa relação não pode ser concebida de forma dicotômica, desarticulada. Ela acontece a partir de atividades teóricas que permite conhecer e se aproximar da realidade, contextualizando-as e

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

ressignificando-as, de forma a tornar a educação como prática de transformação do sujeito historicamente situado.

Considerações Finais

Percebeu-se a partir dos estudos realizados as diversas concepções e percepções do curso de Pedagogia no contexto histórico educacional, adquirindo características diversas durante os períodos históricos, antes com formação pedagógica não obrigatória, agora com componentes pedagógicos curriculares obrigatórios e com disciplinas essenciais – Didática, Sociologia e Filosofia da Educação, Psicologia, Metodologias de Ensino e Estágio Supervisionado – para a formação da práxis docente dos futuros professores.

A pesquisa nos mostrou que os últimos anos foram marcados por mudanças nos documentos legais e curriculares brasileiros da área educacional, os quais incorporaram discussões significativas acerca da formação de professores, com o intuito de superar questões históricas tradicionais ainda presentes na prática pedagógica e na identidade do curso, o que tem limitado ou interferindo na aquisição de conceitos eficazes para formação educacional dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE nº 1 de 15/05/2006) pode ser considerada como o principal acontecimento histórico e legal para a construção da identidade do curso de Pedagogia e de seus profissionais, pois direciona de maneira mais evidente quais caminhos e percursos poderão seguir os indivíduos que optarem seguir carreira como profissional Pedagogo.

É essencial também conhecer todo o contexto histórico do curso de Pedagogia, seus avanços, as disciplinas e as atividades que foram compondo seu currículo, as quais nos levaram à superação de situações conjunturais que dificultaram o processo de formação docente. É preciso compreender também a importância de uma identidade profissional sólida e transparente nos cursos de licenciatura, pois assim definidos de forma mais transparente contribui para a aquisição de competências e habilidades teóricas e práticas eficazes para o fazer docente.

Por fim, é necessário que cada estudante ou profissional já formado em Pedagogia entenda seu papel social e político na sociedade, buscando uma formação sólida e integral,

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

tendo em vista ações conscientizadoras para a construção da práxis docente, a qual privilegie o desenvolvimento integral dos sujeitos, seja em ambientes escolares ou em ambientes não escolares.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. P. P.; GEBRAN, R. A. **O curso de pedagogia e o processo de formação do pedagogo no Brasil: percurso histórico e marco legais.** Revista Eletrônica HOLOS, Ano 30, Vol. 6, p. 280-295. Artigo submetido em setembro/2013 e aceito em dezembro/2014.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.190, de 04 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. 1939.

_____. **Lei n. 4.024/1961.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1961.

_____. **Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.** Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação n. 159)

_____. **Parecer n. 251/62.** Currículo mínimo e duração do curso de pedagogia. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, n. 11, pp. 59-65, 1963.

_____. **Parecer n. 252, de 11 de abril de 1969.** Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, n. 100, pp. 101-17, 1969.

_____. **Parecer CNE/CEB 16/99.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. A proposta do Ministério da Educação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, encaminhada a este Conselho Nacional de Educação (CNE) pelos Avisos Ministeriais n.ºs 382 e 383, de 15 de outubro de 1998 e n.º 16, de 21 de janeiro de 1999, cumpre o que estabelece a legislação em vigor, especialmente o que dispõe o inciso I, do artigo 6.º, do Decreto Federal n.º 2.208/97.

_____. **Resolução nº. 01, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 09.06.2017.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Prática de Ensino: os estágios na formação do professor.** São Paulo: Pioneira, 1985. 106p.

SANT ANA, Wallace Pereira. Desdobramentos históricos do curso de Pedagogia no Brasil: da criação à construção da identidade do Pedagogo.

CONARCFE. **I Encontro Nacional**: Belo Horizonte, novembro de 1983. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/formac/docanfope/lencontro83.htm>. Acesso em 15.06.2017.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor**. Florianópolis: NUP, Cidade Futura, 2002.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. Revista Educação e Sociedade [online], dez. 1999, vol. 20, n. 68, p. 239-277. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>. Acesso em: 15.06.2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. Loyola: São Paulo, 1991.

_____. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A didática como mediação na construção da identidade do professor – uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura**. In: MARLI, E.D.A. de André; OLIVEIRA, Maria Rita Neto S. (orgs.). Alternativas no ensino de didática. Campinas: Papyrus, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. O Espaço Acadêmico da Pedagogia no Brasil: Perspectiva Histórica. 2004. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/saviani%20pedagogia%202004.pdf>. Acessado em 01.06.2017.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3 ed. Campinas: São Paulo, 2006.

_____. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2003.

VIEIRA, Susane da Rocha. **A trajetória do curso de pedagogia – De 1939 a 2006**. 1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana de Pedagogia. Novembro de 2008. Uniãoeste - Cascavel/PR. vol. 14 n° 28, pág. 113 – 124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/02.pdf>. Acesso em 03.06.2017.

WARDE, Mirian Jorge. **A estrutura universitária e a formação de professores**. Perspectiva, ano 11, n. 20, ago/dez 1993. p. 127-148. Acessado em 01.06.2017.

Recebido em 30/09/2017

Aprovado em 30/12/2017